

O apoio dos EUA para renegociar

03 FEV 1992

por Celso Pinto
de Davos

O subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, vai ao Brasil provavelmente ainda em fevereiro, disse a este jornal o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Sua ida servirá para reforçar publicamente o apoio que deu, nos bastidores, para que o FMI aprovasse o programa de ajuste brasileiro.

Embora o convite a Mulford já tivesse sido feito há algum tempo, a aprovação do Fundo obviamente foi um impulso importante para sua decisão. O programa brasileiro acabou aprovado por unanimidade, ainda que, antes da reunião do "board", tanto o diretor britânico quanto o alemão tivessem levantado dúvidas. O resultado positivo deveu-se, antes de mais nada, ao apoio norte-americano, mas também à atitude positiva dos franceses.

Marcílio quer aproveitar o momento favorável provocado pela aprovação do acordo para consolidar sua posição externa e reforçar sua estratégia interna.

O principal lance da ofensiva externa dependerá do resultado da conversa que o ministro terá, na terça-



David Mulford

feira, em Paris, com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, responsável pela renegociação

(Continua na página 15)

Jacques Attali, presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, afirmou no Fórum de Davos, que termina no próximo dia 6, que a Rússia poderá vir a ingressar no Grupo dos Sete (G-7) principais países industrializados. Mas o ex-presidente do Bundesbank, Karl Otto Poehl, e o ex-"chairman" do Federal Reserve Board, Paul Volcker, consideraram prematura essa possibilidade.

(Ver página 2)

O apoio dos EUA para...

por Celso Pinto
de Davos
(Continuação da 1ª página)

da dívida oficial. O Clube de Paris já indicou que dois itens não deveriam entrar na renegociação: a dívida previamente renegociada e a assumida depois do final de 1982.

A dívida pós-82 não é relevante, no caso do Brasil, ao contrário do que ocorreu com o México. No entanto, a dívida previamente renegociada é grande. Seu pagamento envolveria algo em torno de US\$ 4 bilhões, segundo o ministro.

O que o Brasil vai propor é a renegociação de parte desta dívida previamente renegociada, todo o principal e parte dos juros. Pelo que Trichet indicou ao presidente do Banco Central, Francisco Gros, há duas semanas, certamente não será simples a negociação com o Clube de Paris. Os credores oficiais reclamam "tratamento paralelo" ao dado aos bancos, isto é, que se pague com a mesma boa vontade. Para os bancos privados, o Brasil desde janeiro de 1991 está pagando, voluntariamente, 30% dos juros correntes, além de ter renegociado os juros atrasados.

O limite do que o Brasil poderia aceitar está dado pelo que seria compatível pagar aos bancos privados, nos termos da proposta que está na mesa, e o que seria compatível do ponto de vista do ajuste fiscal acertado com o FMI. Para chegar a um bom acordo, o ministro vai tentar costurar o apoio dos países industrializados.

Nesta reunião do "World Economic Forum", em Davos, estão presentes 150 ministros de Estado e alguns presidentes, além de empresários e líderes políticos mundiais. Um dos ministros presentes, com quem Marcílio se encontrou rapidamente mas deverá ter uma conversa mais detalhada em Davos, é o ministro das Relações Exterio-

res da Itália, Gianni de Michelis.

A resposta tende a ser favorável. "A posição da Itália tem sido sempre cooperativa no Clube de Paris", disse De Michelis a este jornal. "A posição dos bancos privados depende dos bancos europeus e norte-americanos, que não sei qual é, mas nós temos cooperado", insistiu.

Marcílio fará uma ampla rodada de conversas na Europa. Estará num seminário promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banca Commerciale Italiana, em Milão, na segunda-feira, com banqueiros e autoridades francesas na terça, britânicas na quarta, alemãs na quinta e sexta-feira.

O cerne do discurso, disse o ministro a este jornal, será o mesmo que ele fará neste sábado num almoço para discutir o Brasil em Davos. Ele acha que o Brasil passou um longo período mais preocupado com seus problemas internos do que externos, o que é compreensível pelo fato de ter sido esse o período de consolidação da abertura democrática. Concluída a transição política, agora seria o momento de o Brasil voltar a dar ênfase a seu papel internacional, a abrir-se para o mundo.

Essa abertura, segundo o ministro, passa por quatro aspectos centrais: comércio exterior, investimentos, dívida externa e tecnologia. No comércio exterior trata-se de consolidar a abertura comercial e, nas palavras do ministro, talvez acelerar o processo de redução das tarifas de importação. No lado dos investimentos, ele acha que os esforços já feitos para atrair o capital externo já estão dando resultados positivos.

Ele reconhece que boa parte do capital que está entrando no País tem caráter de curto prazo, especulativo, mas diz ter indicações de que o investi-

mento direto produtivo poderá começar também a aumentar.

A dívida externa cumpriu o primeiro passo com o acordo com o Fundo. O segundo será o Clube de Paris e o terceiro o acordo com os bancos privados. Ele quer resolver rapidamente a situação com os bancos privados, até como forma de aproveitar a conjuntura de juros extremamente baixos nos Estados Unidos para acordo de longo prazo. No entanto, não está disposto a fazer um mau acordo. Não concorda, por exemplo, com a idéia de alguns bancos de se fazer um acordo interino com o Brasil, envolvendo apenas os juros, neste ano e deixar o principal para o próximo ano.

O ideal, de todo modo, seria completar o acordo externo e normalizar as relações. O ministro lembra as indicações do Eximbank japonês de que há um "pipe line" de cerca de US\$ 1 bilhão em empréstimos ao Brasil que poderão tornar-se viáveis depois de um acordo com o Clube de Paris. Ele espera reabrir os cofres oficiais de outros governos, a começar do Eximbank americano, depois de acertar-se com os credores oficiais. Na terça-feira, Marcílio apresenta a idéia geral da proposta brasileira a Trichet, e no dia 24 de fevereiro deverá haver a negociação formal.

No caso da tecnologia, ele argumenta que o Brasil se credenciou a ter acesso à tecnologia de ponta com sua renúncia em buscar um programa nuclear agressivo.

Finalmente, no "front" interno, o ministro pretende aproveitar o bom momento gerado pelo acordo com o Fundo para acelerar algumas reformas estruturais. Ele mencionou três áreas básicas: comércio exterior (em que pode acelerar-se a redução de tarifas de importação), desregulamentação e reforma fiscal.